As Marcas da Cooperação Japonesa no Brasil

Agência de Cooperação Internacional do Japão

Introdução

O Brasil é o país com o maior território e a maior população da América Latina, o quinto lugar no mundo em termos de área e de população.

Além disso, possui uma longa história de relacionamento com o Japão, construída por meio do recebimento de imigrantes japoneses, iniciado em junho de 1908, com a chegada do navio Kasato Maru a Santos, após a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão em 1895.

Desde que a cooperação teve início em 1959, trabalhamos em uma ampla gama de áreas, desde os projetos nacionais de desenvolvimento de recursos naturais até projetos nas áreas do meio ambiente, saúde, segurança e infraestrutura, entre outras.

Atualmente, além da assistência prestada pelo Japão ao Brasil, também desenvolvemos uma forma de atuação em que o Japão e o Brasil cooperam para, juntos, prestarem assistência aos países africanos, a fim de contribuir para a solução dos problemas sociais existentes nesses países e no mundo. Para o futuro, diante das crescentes oportunidades de desenvolvimento social por meio da cooperação indústria-governo-universidade, a JICA está trabalhando para resolver os problemas do Brasil, da América Latina e do mundo em parceria também com os governos locais, universidades e empresas japonesas.

Este panfleto faz uma retrospectiva da cooperação e parceria nipo-brasileira nos últimos 60 anos, com foco nos projetos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) do Japão e no Brasil.

Sumário

04 — A Cooperação Japonesa em Números

05 — Saúde

10 — Agricultura e Desenvolvimento Rural

17 — Conservação do Meio Ambiente Natural

19 — Gestão Ambiental

23 — Prevenção de Desastres

27 — Desenvolvimento de Recursos Hídricos

31 — Capacitação Profissional

32 — Governança

34 — Transporte

35 — História da Cooperação

37 — A Cooperação Japonesa em Dados

A Cooperação Japonesa em Números

A assistência japonesa supera um total acumulado de 440 bilhões de ienes.

O Japão prestou assistência que, no total acumulado, ultrapassa os 440 bilhões de ienes. As áreas contempladas são as mais variadas, incluindo meio ambiente, saúde, agricultura, segurança pública, infraestrutura, entre muitas outras.

Contribuição para a melhoria da segurança por meio do modelo japonês de policiamento comunitário.

Com a disseminação do modelo japonês de policiamento comunitário, o número de homicídios no estado de São Paulo apresentou uma grande queda, passando de 34,18 casos por 100 mil habitantes (2000) para 6,70 casos por 100 mil habitantes (2018). Em abril de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária e o modelo está se expandindo para todo o país.

Contribuição para a produção doméstica de vacinas contra sarampo e poliomielite.

As vacinas contra sarampo e poliomielite dependiam da importação, mas, a partir de 1980, durante quatro anos, executamos o projeto de desenvolvimento do sistema de produção doméstica de vacinas e, com os esforços do Brasil que continuaram mesmo após a conclusão do projeto, o país alcançou a autossuficiência no tocante a ambas as vacinas.

Envio de um total de 3.325 peritos da JICA.

Desenvolvimento de 345 mil hectares de terras agrícolas no Cerrado.

A cooperação técnica e financeira trouxe, posteriormente, o aumento de 65% das terras aráveis, de 500% do volume de produção e de 300% da produtividade.

Contribuição para a melhoria da saúde materno-infantil por meio da humanização do parto pelo “Projeto Luz”.

A taxa de mortalidade infantil do estado do Ceará diminuiu de 92/1000 nascimentos (1996) para 38/1000 nascimentos (2000).

Contribuição para a queda de 40% do desmatamento da Floresta Amazônica em quatro anos.

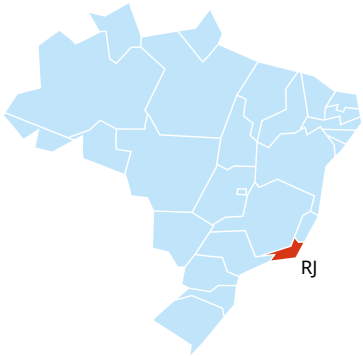
Como medida contra o desmatamento ilegal da Floresta Amazônica, a JICA implementou um projeto de cooperação com o IBAMA para construir um sistema de monitoramento do desmatamento ilegal, utilizando satélite japonês. O projeto contribuiu para a fiscalização do desmatamento ilegal, tendo inclusive detectado mais de 2.000 locais de desmatamento em dois anos desde o início da cooperação.

No total, mais de 12.000 técnicos brasileiros participaram do treinamento da JICA no Japão.

Saúde

A partir da década de 1970, o Brasil concentrou seus esforços no combate às doenças infecciosas e na melhoria da saúde materno-infantil, e, na década de 1980, foi implantado um sistema público de saúde intitulado "Sistema Único de Saúde (SUS)". No entanto, considerando que a grande extensão territorial e a diversidade de climas dificultavam a prestação uniforme dos serviços de saúde, o Japão implementou cooperações nessa área, combinando diversos esquemas de cooperação conforme a situação de cada região.

Autossuficiência na Produção de Vacinas – Para Erradicação da Poliomielite



Embora no Brasil houvesse campanhas de controle de epidemias com base no Programa Nacional de Imunização de 1973, as vacinas contra sarampo e poliomielite, incluídas entre aquelas consideradas obrigatórias no país, dependiam da importação.

Por conta disso, era difícil garantir sempre a quantidade necessária em todo o país, o que não só dificultava a promoção do programa como também gerava um grande problema social, porque pacientes com essas doenças continuavam a surgir a despeito das campanhas de imunização feitas em quase todo o país.

Para solucionar esses problemas, o Japão recebeu uma solicitação de estabelecimento de um sistema de produção de vacinas e um sistema nacional de testes, de controle de qualidade, de desenvolvimento de um sistema de transporte e administração de vacinas e aperfeiçoamento técnico.

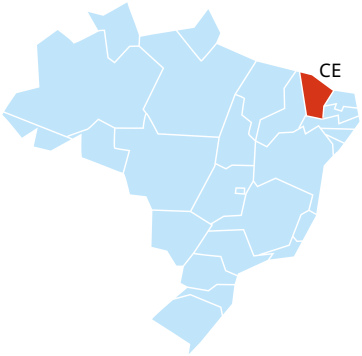
E assim, tendo como objetivos o desenvolvimento da produção de formulações biológicas e o aperfeiçoamento tecnológico e acadêmico das pessoas responsáveis, em particular, pela produção das vacinas contra o sarampo e a poliomielite, o Japão executou um projeto de cooperação técnica durante quatro anos, a partir de agosto de 1980, tendo como contraparte a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), vinculada ao Ministério da Saúde e responsável pela promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida.

Desde o fim do projeto, tornou-se possível produzir vacinas para 15 milhões de pessoas por ano, tendo sido atingida a autossuficiência nessas duas vacinas. Além disso, no que diz respeito à poliomielite, até 1980 eram diagnosticados 3.600 pacientes anualmente com essa doença, mas em consequência também de uma campanha do Ministério da Saúde sobre essa vacina, a infecção por cepas do poliovírus do tipo selvagem não ocorreu mais, tendo sido o último caso registrado em 1989.

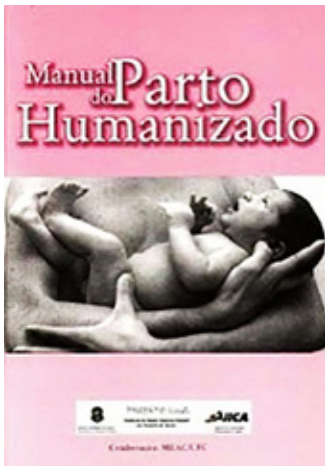
Vale ressaltar que as técnicas de produção e controle de qualidade transferidas nesse projeto passaram a ser utilizadas também na produção de outras vacinas, como a antitetânica e contra febre amarela.

Além disso, durante cinco anos a partir de 1988, a FIOCRUZ promoveu o "Curso de Controle de Qualidade de Vacinas" no âmbito do Programa de Treinamento para Terceiros Países, recebendo 40 participantes de países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa. Assim, os resultados da cooperação japonesa referente à tecnologia de produção de vacinas não se limitaram apenas ao Brasil, tendo se expandido também para a América Latina e para a África.

Disseminação Nacional e Internacional do Parto Humanizado – Para um Parto e Nascimento Melhores



Segundo as Nações Unidas, a taxa de mortalidade infantil do Brasil em 1993 era de 57/1000 nascimentos, mas as regiões Norte e Nordeste do país, refletindo a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso da camada mais pobre da população aos serviços médicos, apresentavam indicadores de saúde deploráveis, equivalentes aos dos países subsaarianos, os quais tinham uma taxa de mortalidade infantil de 92/1000 nascimentos.



O Brasil implantou em 1988 o Sistema Único de Saúde (SUS), mas os serviços básicos não chegaram às camadas menos favorecidas da região Nordeste. Diante disso, o Brasil solicitou ao Japão um projeto de saúde materno-infantil com foco em atendimento médico neonatal, gestão de doenças diarreicas, assistência à gestante e à parturiente e planejamento familiar. Nesse projeto foram adotadas diversas iniciativas baseadas no modelo do sistema de enfermeiras obstetras do Japão, visando reduzir a mortalidade materna e neonatal por meio da prestação de cuidados obstétricos de alta qualidade nos estabelecimentos de saúde e diminuição das intervenções médicas, como cesarianas em excesso etc.

Sob o tema "Humanização do Parto e Nascimento", que prioriza a humanização do tratamento das gestantes, foram realizados, entre outras coisas, o treinamento de profissionais de saúde materno-infantil (auxiliares de enfermagem, enfermeiras, parteiras tradicionais, médicos etc.), principalmente dos hospitais de referência de Fortaleza e de cinco regiões-piloto do estado do Ceará, a formação de enfermeiras especializadas em obstetrícia e a melhoria das instalações obstétricas nas universidades do estado do Ceará.

O modelo de "Humanização do Parto e do Nascimento" se difundiu firmemente entre os profissionais de saúde materno-infantil e moradores locais, passando a ser amplamente conhecido em todo o estado do Ceará pelo nome "Projeto Luz", que ainda se tornou conhecido em todo o Brasil em decorrência de uma forte ação publicitária. Em 2000, a taxa de mortalidade infantil do Brasil caiu para 34,7/1000 nascimentos* e a do estado do Ceará, para 38,1/1000 nascimentos.**

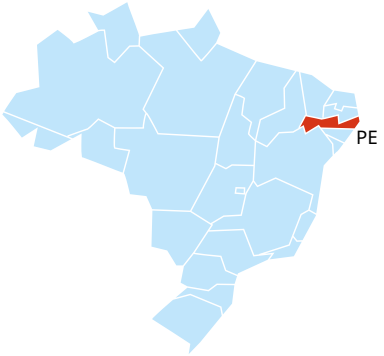
Na Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento, realizada pelo projeto em 2000, houve a participação de mais de 2000 pessoas de todo o mundo e essa conferência levou posteriormente à criação da Rede Latino-Americana e do Caribe para a Humanização do Parto e Nascimento (RELACAHUPAN). Além disso, no Brasil, a "Humanização do Parto e Nascimento" foi inserida como um programa nacional do Ministério da Saúde em 2000.

Essa iniciativa, nascida no Brasil, não se restringiu ao estado do Ceará, mas se difundiu por todo o país e a roda da "humanização do parto e nascimento" se ampliou para todo o mundo, incluindo países como a Bolívia, o Camboja e Madagascar.

*OMS (Organização Mundial da Saúde)

**IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Expansão do Desenvolvimento Regional em torno da Atenção Primária à Saúde (APS) – Método Bambu e Municípios Saudáveis



O Nordeste do Brasil já foi uma região de grandes epidemias de infecções tropicais e as três principais causas de morte eram todas de doenças infecciosas, incluindo doenças diarreicas.

Em resposta a essa situação, o Brasil solicitou ao Japão o "Projeto de Saúde Pública no Nordeste do Brasil" para criar dentro do Hospital Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, um "Núcleo de Saúde Pública" destinado a ser um moderno centro que englobasse toda a saúde pública do estado para melhorá-la, conforme a política do Sistema Único de Saúde (SUS).

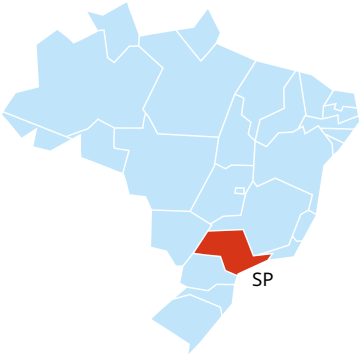
Esse projeto colocou em prática atividades com base nos pilares "Instituição do Núcleo de Saúde Pública e promoção da articulação interorganizacional", "Fortalecimento da saúde comunitária" e "Formação de profissionais de saúde".

A UFPE foi tão bem-sucedida em apoiar tecnicamente os serviços de saúde estadual e municipal e em formar recursos humanos com grande compreensão sobre a saúde comunitária, que a taxa de mortalidade infantil nos municípios-piloto apresentou uma melhora de mais de 30%. Aproveitando essa experiência, executou-se o "Projeto Municípios Saudáveis do Nordeste do Brasil" com o objetivo de formular um modelo para a construção dos mecanismos sociais necessários para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano da região, não limitados à área de saúde.

O projeto desenvolveu atividades de melhoria de vida com o protagonismo da comunidade e a utilização do "Método Bambu", de promoção da saúde, desenvolvido no Japão. Sete dos 184 municípios de Pernambuco participaram da Rede de Municípios Saudáveis, em que foram planejados e executados diversos programas públicos que resultaram em melhoria de vida.

Além disso, o trabalho em rede entre os governos locais, comprometidos com a melhoria de vida por meio desse Método Bambu, avançou de forma autônoma mesmo após o término do projeto, e a rede cresceu e passou a contar, em 2012, com 23 municípios participantes (o equivalente a 12,5% dos municípios do estado de Pernambuco).

Estabelecimento de uma Base Médica Regional – Prestação de Serviços Médicos Confiáveis



A Universidade de Campinas é hoje reconhecida como uma universidade que desenvolve e fornece tecnologia de ponta, ocupando o segundo lugar na América Latina de acordo com o ranking da Times Higher Education (THE), e a Faculdade de Medicina garantiu o segundo lugar no Brasil, de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF) do jornal Folha de São Paulo.

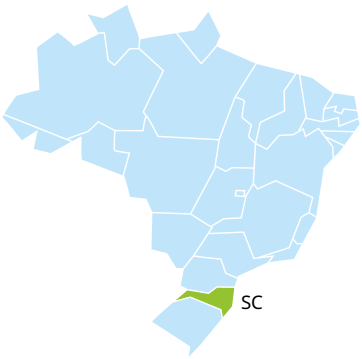
Por outro lado, diante dos desafios enfrentados até a década de 1990, cooperamos tecnicamente com o Brasil desde então para o tratamento de parasitas como a esquistossomose da Amazônia e doença de chagas, diagnóstico do câncer do órgão digestivo, aprimoramento de técnicas cirúrgicas, combate às doenças infecciosas como HIV, doenças hepáticas e doenças infecciosas pediátricas de difícil tratamento, contribuindo para a melhoria na pesquisa, diagnóstico e tratamento durante cerca de 30 anos.

Encabeçado por um Acordo de Cooperação entre hospitais brasileiros e o Hospital Josina Machel de Angola (Hospital beneficiário de cooperação não reembolsável do Governo Japonês), outras cooperações na área médica com os países africanos e da América Latina foram realizadas. O intercâmbio técnico serviu para o fortalecimento institucional desse países para combater desafios internacionais, como o controle de doenças infecciosas.

Agricultura e Desenvolvimento Rural

As correntes dominantes da agricultura no Brasil são a agricultura de grande porte que utiliza vastas extensões de terra, a agricultura de pequeno e médio porte próxima aos grandes centros urbanos e a agricultura familiar de pequeno porte. Com essa expansão da área, são necessárias respostas mais aprofundadas, como melhoria da produtividade, maior valor agregado e consideração ao meio ambiente. O Japão vem implementando uma ampla gama de cooperações, não apenas voltadas para os agricultores de grande porte, mas também para os pequenos agricultores.

Maçãs Fuji – Contribuição para Técnicas de Cultivo de Deliciosas Maçãs

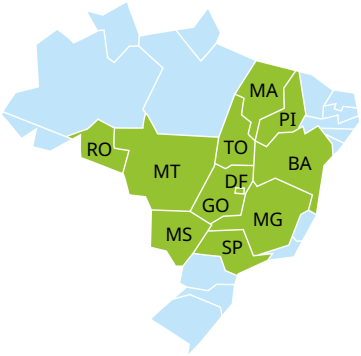


Há 30 anos o Brasil importava mais de 90% das maçãs para abastecer o mercado nacional. A partir do final de 1960, o país passou a produzir maçãs, empenhando-se na produção doméstica como um programa nacional. Na região Sul, o cultivo de árvores frutíferas de clima temperado, como maçãs e peras, eram considerados uma das principais indústrias, mas a história de cultivo era recente e havia problemas com técnicas a serem adequadas à região. Nessas circunstâncias, o Brasil solicitou a cooperação técnica ao Japão para fortalecer a capacidade de pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) a respeito do cultivo de maçãs.

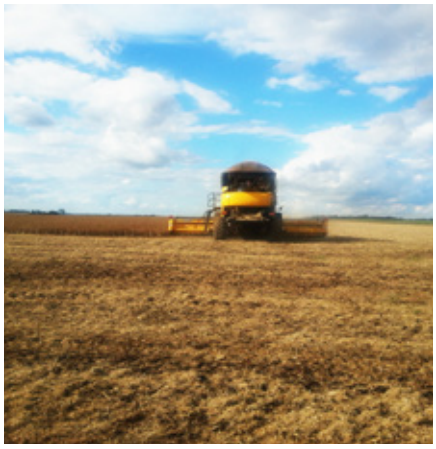
Em resposta a essa solicitação, a JICA começou com o envio de um perito em 1971 e continuou cooperando por mais de 30 anos. Como resultado, Santa Catarina atualmente ocupa o primeiro lugar em termos de volume de produção de maçãs no Brasil, de ótima qualidade; baratas e saborosas, se tornaram acessíveis em todo o país.

A produção anual que em 1960 era apenas de 20 toneladas, agora é de 1,1 milhão de toneladas por ano, chegando a exportar parte da produção para a Europa, Ásia e países árabes, em que Bangladesh, Rússia e Irlanda são alguns dos destinos das maçãs brasileiras.

Desenvolvimento do Cerrado – Visando ao Abastecimento Estável de Alimentos para o Mundo



No início da década de 1970, a despeito de possuir uma grande extensão territorial, o Brasil era um país importador de alimentos e tinha como grande desafio aumentar sua produção de alimentos.



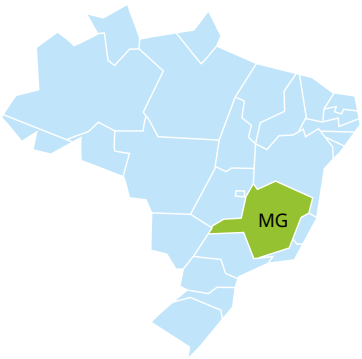
Por sua vez, diante da escassez de alimentos em escala global provocada pela crise do petróleo e por fenômenos climáticos atípicos, o Japão, um país importador de alimentos, se interessava pelo aumento da produção de alimentos e pela estabilização do abastecimento global por meio da cooperação para o desenvolvimento agrícola com os países em desenvolvimento.

Assim, diante do tema de aumento da produção de alimentos, o desafio do Brasil e o interesse do Japão se juntaram e, em 1979, foi iniciado o "Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER)". Com uma abordagem abrangente e estratégica, tendo como principais pilares a cooperação técnica e a cooperação financeira, foram executadas três fases do programa durante 22 anos, até 2001, no Cerrado, de terras estéreis que não eram aptas para a agricultura.

Nesse período desenvolveram-se 345 mil hectares de terras agrícolas no Cerrado. Como resultado dessa cooperação, houve um aumento de 65% das terras agrícolas, de 500% da produção e de 300% da produtividade, transformando o Brasil em um dos principais fornecedores globais de alimento, o qual produz hoje 40% dos grãos do mundo.

Como 50% da produção total de grãos do Brasil estão na região dos cerrados, isso significa que 20% dos grãos do mundo são produzidos no Cerrado.

Melhoria do Acesso aos Recursos Hídricos nas Regiões Semiáridas – Aumento da Produção Agrícola



O setor agrícola brasileiro teve um rápido crescimento a partir da década de 1970 e, na década de 1980, foi posicionado como um setor-chave responsável por 12% do PIB, 30% dos empregos e 33% das exportações.

A região do Jaíba, no estado de Minas Gerais, obteve a cooperação financeira do governo japonês no valor de 155 milhões de dólares, para desenvolver a agricultura irrigada.

A produção agrícola na região Nordeste do Brasil, incluindo o norte de Minas Gerais, representava 20% do total do país e era uma área produtora principalmente de cana-de-açúcar, sisal e algodão, mas enfrentava problemas como secas periódicas, chuvas irregulares, desequilíbrios na propriedade fundiária e escassez de oportunidades de emprego, o que gerava pobreza e uma alta taxa de desemprego.

Nesse contexto, em 1986 o Brasil formulou o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) com o objetivo de desenvolver a irrigação nessa região do Brasil, abrangendo cerca de 740.000ha.

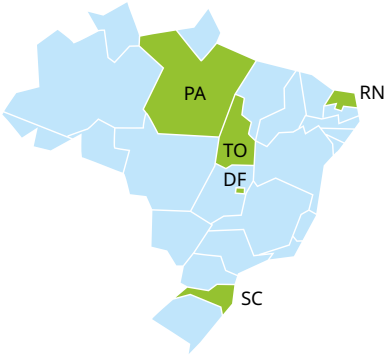
A Zona de Processamento Agrícola de Jaíba (cerca de 230.000ha), localizada no norte de Minas Gerais, é uma área para a qual foi formulado um plano de irrigação e desenvolvidas instalações básicas de infraestrutura entre as décadas de 1970 e 1980.

Com base na política do PROINE, iniciou-se efetivamente o planejamento como programa de irrigação, contemplando 100.000ha dentro dessa zona, e a fase do programa (17.389ha) foi executada com financiamento do Banco Mundial.

A segunda fase do programa contou com a cooperação do Japão por meio de Empréstimo ODA e, assim, expandiu a área irrigada, melhorou e aumentou a produtividade agrícola, contribuindo para a melhoria da situação socioeconômica da Zona de Processamento Agrícola de Jaíba.

Após a construção do canal de irrigação de 163km na segunda fase do programa, a área irrigável passou para 19.276ha que, somada à área da primeira fase, totaliza 36.665ha de área irrigável. Atualmente são cultivados extensivamente cana-de-açúcar, banana e limão, o que contribui para revitalizar a região e reduzir a pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que era de 0,467 (muito baixo), em 2000, melhorou, chegando a 0,638 (médio) em 2010.

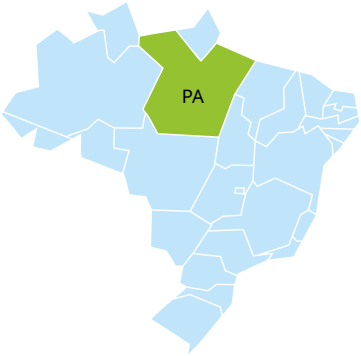
Apoio aos Pequenos Agricultores – Para Aplicação de Técnicas Apropriadas e Melhoria dos Meios de Sustento



Devido à grande extensão territorial do Brasil, existem diferenças regionais no clima, solo, produtos e métodos agrícolas. No setor agrícola brasileiro é grande a proporção de pequenos e médios agricultores com pouco capital acumulado. Em resposta a essa situação, a JICA implementou diversas cooperações técnicas para apoiar pequenos agricultores em várias partes do Brasil. Na região amazônica, no norte do Brasil, promoveu o fortalecimento do intercâmbio técnico nos setores de desenvolvimento e pesquisa e transferência tecnológica para pequenos agricultores nas áreas experimentais; na região semiárida do nordeste do Brasil, disseminação de técnicas de cultivo de culturas de alto poder econômico adequadas à região; na região do Cerrado, no centro-oeste do Brasil, além do programa de desenvolvimento do Cerrado, estabelecimento de técnicas de cultivo de hortaliças e de sistema de assistência técnica agrícola para pequenos agricultores; na zona de clima temperado, no sul do Brasil, transferência de tecnologia sobre cultivo de maçã e pera japonesa, são algumas das diversas cooperações implementadas com instituições de pesquisa de cada região.

O Brasil, que era importador agrícola até o início da década de 1970 transformou-se hoje em um dos maiores produtores de grãos do mundo (quanto à soja, segundo lugar mundial em volume de produção e primeiro lugar mundial em volume exportado; quanto ao milho, terceiro lugar mundial em volume de produção e segundo lugar mundial em volume exportado) e a JICA contribuiu para isso através de projetos de cooperação referentes ao desenvolvimento de técnicas agrícolas alinhadas às características regionais e à melhoria da vida e produtividade dos pequenos agricultores.

(Agricultura Tropical) Sistema Agroflorestal – Agricultura coexistindo com a Floresta



O sistema agroflorestal é uma forma de uso do solo que é a combinação de agricultura com floresta, e é o termo genérico para o sistema e a técnica em que culturas perenes básicas (árvores, árvores frutíferas etc.) são intencionalmente combinadas com produtos agrícolas ou animais domésticos num mesmo terreno.

No município de Tomé-Açu, no estado do Pará, na década de 1950, os imigrantes japoneses prosperaram pela adoção da monocultura de pimenta-do-reino em grande escala, mas na década de 1960 sofreram muito devido à queda de preços, esgotamento do solo e danos provocados por doenças e pragas.

Foi então que esses imigrantes japoneses, aprendendo com a natureza e com o uso da floresta pelos indígenas da Amazônia, desenvolveram o sistema agroflorestal, chamado também de "método agrícola florestal", em que há a coexistência da regeneração florestal com a produção agrícola, e obtiveram grande êxito em diversificar a gestão agrícola e em tornar a produção agrícola sustentável.

Esse fato serviu como uma oportunidade de consolidar, após sucessivas tentativas de erros e de acertos, o Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA), que combina plantações frutíferas e árvores.

A JICA também apoiou essa iniciativa por meio do envio de peritos, em um projeto de cooperação técnica com a EMBRAPA e de construção de uma fábrica de sucos. Enquanto na agricultura convencional em geral, por abrir terras para a agricultura cortando a floresta e a vegetação natural, há perda da biodiversidade e das funções naturais da floresta, tais como a fixação de carbono, a conservação do solo e a formação de

nascentes, no sistema agroflorestal, é possível manter algumas dessas funções da floresta, uma vez que os produtos agrícolas são produzidos aproveitando-se a floresta e a vegetação natural.

Esse método de plantação chamou muito a atenção por possibilitar simultaneamente a conservação ambiental da região amazônica e a produção agrícola, resultando também em uma cooperação triangular, executando cursos de treinamentos, em conjunto com a JICA, para países da América Latina e da África de Língua Portuguesa.

Foi implementado, também, durante cinco anos, a partir de 2011, o Projeto Comunitário da JICA "Plano de Divulgação e Certificação Agroflorestal do Tipo de Transição, desenvolvido pelos agricultores Nikkei, para melhoria de proventos rurais dos agricultores e conservação ambiental da Amazônia brasileira", em parceria com a Universidade de Tóquio de Agricultura e Tecnologia(TUAT) e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA).

Como resultado desse projeto comunitário e dos esforços envidados durante anos, o SAFTA tem se multiplicado nas comunidades da região, com a melhoria dos meios de subsistência e também obtenção da certificação de seus produtos. Como exemplo, o cacau cultivado com o uso da técnica SAFTA obteve a certificação Indicação Geográfica (IG) em 2018. Atualmente, esse mesmo cacau produzido em Tomé-Açu é exportado para a empresa japonesa Meiji, fabricante de chocolates.

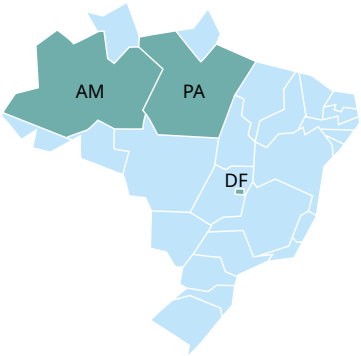
Por esse motivo, os sistemas agroflorestais tem atraido a atenção como um método que permite a coexistência do uso agrícola com a conservação da biodiversidade e da função da floresta de fixar o carbono e este modelo está se espalhando por todo o Brasil e também para outros países.

Hoje, no município de Tomé-Açu, está sendo promovido o cultivo de produtos agrícolas com maior valor agregado e frutas tropicais como o açaí são exportadas inclusive para o Japão.

Conservação do Meio Ambiente Natural

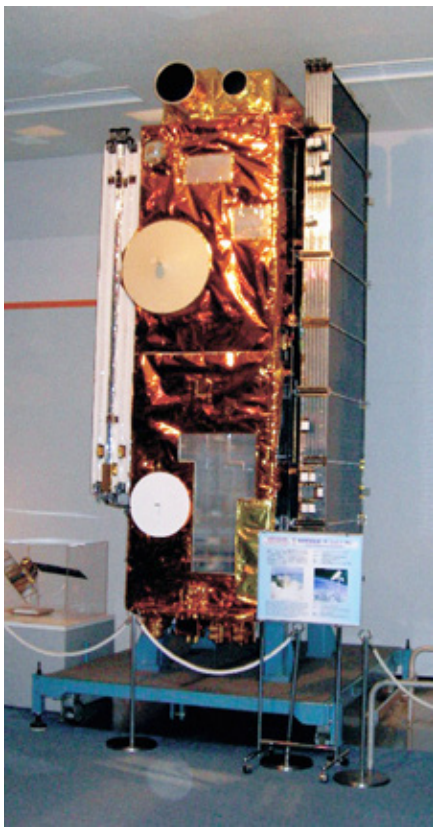
No Brasil, onde se localizam cerca de 60% da Floresta Amazônica, estão sendo promovidas várias políticas ambientais desencadeadas pela Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. Para apoiar tais iniciativas, o Japão desenvolveu projetos de cooperação, principalmente de cooperação técnica, que fazem pleno uso da tecnologia.

Conservação da Floresta Amazônica - Monitoramento a partir do Espaço



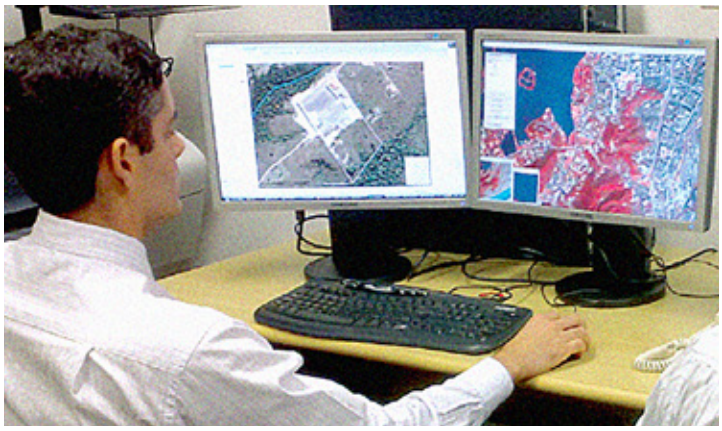
A Floresta Tropical Amazônica é a maior do mundo e 60% dela está localizado no Brasil. Acredita-se que cerca de 20% das emissões mundiais de gases do efeito estufa se devem à perda das florestas tropicais.

Assim, a conservação da Floresta Tropical Amazônica, onde a perda florestal tem avançado drasticamente em função do desenvolvimento econômico, como a construção de rodovias que cortam a Amazônia, tornou-se uma questão mundialmente importante do ponto de vista das medidas contra a mudança climática.



A preocupação com o desmatamento florestal começa a vir à tona e a conservação da Floresta Amazônica está sendo promovida por meio da promulgação do Código Florestal e das ações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Com o Plano de Pesquisa da Floresta Amazônica (1995-2003), visando à compreensão da floresta, foram feitos estudos com utilização de sensoriamento remoto, análise estrutural da floresta natural e características ecológicas das principais espécies arbóreas, e os resultados desses estudos estão sendo acumulados no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).



Por sua vez, considerando que a conservação da Floresta Amazônica está em risco, tendo em vista que empresas irregulares que desmatam a floresta e traficam a madeira ilegalmente ou com o objetivo de abrir pastos para a pecuária não têm fim, o Departamento de Polícia Federal do Brasil, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e entidades japonesas, como a JICA e a JAXA, implementaram o projeto "Contribuição à Proteção da Floresta da Amazônia e Combate ao Desmatamento Ilegal com a Utilização de Imagens do Satélite Japonês ALOS (2009-2012)".

Para enfrentar o fato de que a extração ilegal de madeira se torna mais ativa na estação chuvosa, quando as nuvens, comuns nessa estação, permitem que a ação escape do monitoramento feito com imagens ópticas, como imagens aéreas ou de satélites, o

Japão contribuiu para o desenvolvimento de tecnologias eficazes para a prevenção do desmatamento ilegal e recuperação de áreas degradadas, utilizando um satélite de radar japonês (ALOS) capaz de monitorar as atividades em terra, atravessando nuvens.

Com o uso das imagens ALOS/PALSAR, tornou-se possível o monitoramento da região amazônica brasileira durante o ano inteiro.

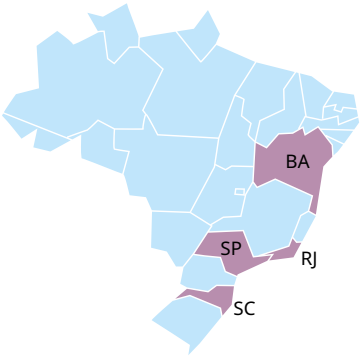
Além disso, no período de dois anos desde o início da cooperação, foram detectadas pelo IBAMA mais de 2.000 áreas de desmatamento, contribuindo para uma redução de 40% do desmatamento na Amazônia brasileira nesse mesmo período.

À luz desses resultados, a partir de 2019 está previsto o início de um novo trabalho de cooperação técnica, o "Projeto de Melhoria do Controle de Desmatamento Ilegal na Amazônia Brasileira, utilizando Avançados Satélites de Radar e Tecnologia de Inteligência Artificial" para fortalecer as medidas contra o desmatamento ilegal e a capacidade de controle por meio da detecção e previsão dos desmatamentos florestais, além do satélite sucessor, da inteligência artificial, do big data etc.

Gestão Ambiental

Com o crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1970, a industrialização e a urbanização no Brasil trouxeram problemas como a poluição do ar, da água e de descarte de resíduos. Há muitos anos o Japão vem cooperando na mitigação desses problemas.

Melhoria do Meio Ambiente e Qualidade da Água em Áreas Costeiras Brasileiras – Belas Praias para a População



A JICA vem trabalhando em projetos que contribuem para o saneamento e a melhoria ambiental do litoral de grandes metrópoles brasileiras.

Por exemplo, o Projeto de Melhoria do Saneamento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Programa Onda Limpa) implementou o sistema de esgoto da Baixada Santista, que é uma das principais áreas, tanto em termos industriais como de lazer do estado de São Paulo.

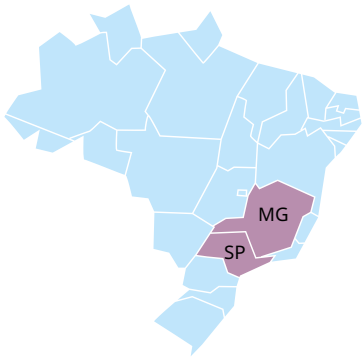
Com o projeto, o percentual de cobertura e coleta de esgoto da região, era de 62% e depois da execução, aumentou para 82% após a implementação.

Na Bahia, o esgoto proveniente da região metropolitana de Salvador era lançado sem tratamento na Baía de Todos os Santos, piorando a qualidade da água e causando mau cheiro e a grave deterioração da saúde pública, entre outros problemas.

Com o Projeto de Melhoria do Saneamento Básico da Baía de Todos os Santos (Baía Azul), o percentual de ligações de esgoto, que era de 26% antes do projeto, atingiu uma melhora drástica, subindo para os atuais 86%. Além disso, das 23 praias da cidade apenas duas eram balneáveis em 1996, mas depois da implementação do projeto esse número aumentou para 21 em 2004, o que mostra que o projeto contribuiu muito também para a melhoria do ambiente marinho.

No Rio, o percentual de ligações de esgoto aumentou de 25% para 44% por meio do Programa de despoluição da Baía de Guanabara.

Gerenciamento de Resíduos – Visando a uma Cidade mais Limpa e Ecológica



O Brasil está passando por um rápido crescimento econômico e, como consequência disso, o volume de resíduos sólidos tem crescido vertiginosamente, tornando o gerenciamento adequado de resíduos uma questão premente.

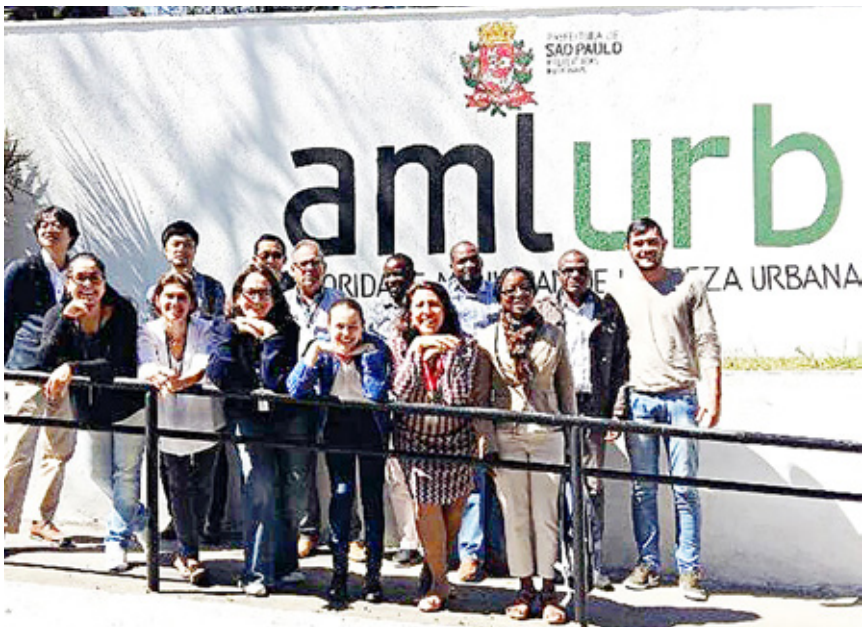
Na cidade de São Paulo, com uma população de 10,6 milhões de habitantes, em 2003, a quantidade de resíduos coletados atingiu 4,4 milhões de toneladas por ano, fazendo com que a capacidade dos aterros sanitários da cidade se tornasse insuficiente para atender a essa demanda. Com isso, o desafio era implementar de forma mais consistente os 3Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).

A questão dos resíduos está listada como um dos programas prioritários do Brasil e, à luz dessa situação e atendendo a uma solicitação do Brasil, a JICA estabeleceu a cidade de Osaka, cidade-irmã da cidade de São Paulo, como a entidade parceira do lado japonês e implementou com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) da cidade de São Paulo o "Projeto de Cooperação Técnica sobre Gerenciamento de Resíduos", por meio do qual cooperamos com atividades de educação e conscientização sobre os resíduos sólidos.

Além disso, no "Projeto para Melhoria da Logística Reversa dos Resíduos Eletroeletrônicos", implementado entre 2014 e 2017, tendo como entidades contrapartes o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a AMLURB, contribuímos por meio da proposição de um projeto-piloto e um sistema de monitoramento para o sistema "logística reversa (LR)" de produtos eletroeletrônicos no estado de São Paulo.

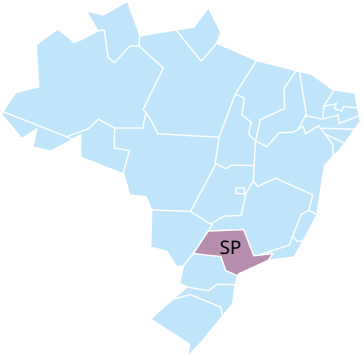
Os resultados dessas colaborações também contribuíram para que a AMLURB melhorasse a sua capacidade de fazer a coleta seletiva e o gerenciamento de resíduos a tal ponto que, hoje, parte do Curso de Treinamento em Grupo "Melhoria da Capacidade de Gestão de Resíduos Sólidos", voltado para os países africanos de língua portuguesa, passou a ser realizado na AMLURB e no Serviço de Limpeza Urbana de Brasília.

Além disso, na cidade de Belo Horizonte implementamos um projeto de parceria público-privada sobre "Construção de Sistema de Reciclagem de Automóveis" e estamos cooperando na reutilização de peças automotivas.



Em abril de 2019, à luz das cooperações japonesas no Brasil para o reaproveitamento dos resíduos como recursos, com esses projetos mencionados, o Ministério do Meio Ambiente anunciou o "Programa Nacional Lixão Zero", de gestão adequada de resíduos.

Redução dos Danos na Bacia do Rio Tietê – Reduzindo os Transbordamentos na Região Metropolitana de São Paulo



Todos os anos ocorriam os transbordamentos do rio Tietê e seus afluentes, que cortam a região metropolitana de São Paulo, bloqueando as principais vias ao longo do rio e causando danos humanos e econômicos nas áreas residenciais e comerciais.

Ao mesmo tempo, com a concentração populacional e o desenvolvimento industrial na região metropolitana, aumentava a necessidade de garantir novas fontes de água e de estabilizar o abastecimento. Para melhorar essa situação, o governo de São Paulo solicitou cooperação financeira ao Japão, em 1995, e teve início o "Projeto de Melhoria Ambiental da Bacia do Rio Tietê", sob a responsabilidade do Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE).

No projeto, em um trecho de 24,5km do rio Tietê, foram executadas obras de correção, revestimento e dragagem do rio, bem como a construção de reservatórios, concluídos em 2006.

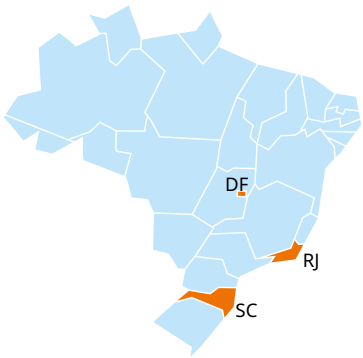
Como resultado disso, os transbordamentos que ocorriam praticamente todos os anos foram reduzidos e os moradores locais passaram a ter um ambiente com poucos danos decorrentes de transbordamento; as perdas econômicas e humanas também foram reduzidas.

Além disso, para controlar os transbordamentos do rio Tietê e garantir o abastecimento estável de água para a região metropolitana de São Paulo, construíram-se duas barragens de controle de fluxo à montante do rio.

Prevenção de Desastres

No Brasil, com o rápido avanço da urbanização, há uma tendência de as áreas residenciais se expandirem inclusive para áreas com alto risco de desastres. Além disso, chuvas torrenciais associadas à mudança climática também têm ocorrido com frequência e, diante da crescente necessidade de criar planos e sistemas adequados de prevenção de desastres, o Japão vem implementando cooperações em resposta a essa demanda.

Medidas de Prevenção de Desastres – Visando à Redução dos Danos Causados por Desastres Naturais



Os deslizamentos de terra tornaram-se um problema sério no Brasil, como se viu em 2011, em um desastre de grandes proporções que atingiu a área serrana do Rio de Janeiro e matou mais de 900 pessoas.

Em meio aos desafios para solucionar esse problema, com a coordenação entre vários ministérios e agências brasileiras, foi implementado o "Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (GIDES)" (2013-2017), em cooperação técnica com o Japão, que é um país avançado em prevenção de desastres.

Com essa cooperação, visando fortalecer a capacidade geral de resposta a desastres do Brasil, fez-se uma proposta de planejamento urbano com base em avaliações e mapas de riscos, construindo sistemas de previsão e alerta de desastres e de monitoramentos, além disso alcançou a integração entre a União, estados e municípios, visando a unificação das ações de prevenção de desastres, produzindo resultados como a elaboração de manuais de prevenção de desastres.

UNISDR

The UN SASAKAWA AWARD for Disaster Risk Reduction

Certificate of Distinction for demonstrating excellence in innovation, outreach and collaboration to improve the resilience of nations and communities to disasters

Project GIDES by the Ministry of Cities, Ministry of National Integration, Ministry of Mining and Energy and the Ministry of Science, Technology and Communications, Brazil

25 May 2017
Date

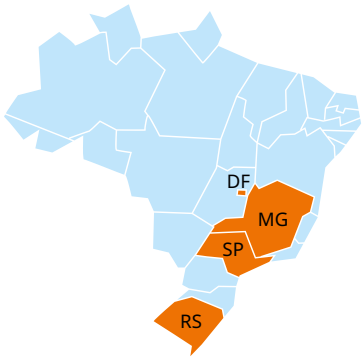
Mr. Robert Glasser,
Special Representative of the United Nations
Secretary-General for Disaster Risk Reduction

Atualmente, os manuais estão sendo utilizados pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Esse projeto foi reconhecido internacionalmente, tendo sido agraciado com o Prêmio Sasakawa, da ONU, e o grupo de trabalho integrado, que abarca os ministérios e agências relevantes de caráter interorganizacional, foi formalizado por meio da Portaria do (então) Ministério da Integração Nacional e isso pode ser considerado também uma das conquistas da cooperação japonesa.

O Brasil tem uma ótima avaliação desses resultados, e está em fase de planejamento uma nova cooperação sobre medidas estruturais (aplicação dos avançados conhecimentos que o Japão possui sobre construção de barragens Sabo), com foco nos fluxo de detritos que causam danos enormes.

O Japão está promovendo uma ampla cooperação na área de prevenção de desastres, não apenas por meio desse esquema de cooperação técnica, mas também por meio de projetos de parceria privada, sobre radares meteorológicos e mapeamento de riscos.

Melhoria da Capacidade na Área de Combate a Incêndio – Protegendo a Segurança dos Cidadãos



A cooperação do Japão na área de combate a incêndios foi desencadeada por um pedido de cooperação feito em 1978 ao Japão pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para o Centro de Treinamento de Combate a Incêndio que estava programado para ser construído.

Por meio do Projeto de Estudo para o Desenvolvimento do "Centro de Treinamento de Combate a Incêndio do Brasil", foram projetadas: 1. Zona de Treinamento (torres de treinamento, instalações para treinamento de extinção de incêndio, campo externo para treinamento de extinção de incêndio, torre de água, campo externo para treino em circuito); 2. Zona de Esportes (ginásio de esportes, piscina de mergulho); e 3. Zona Administrativa/Educacional (auditório e instalações de pesquisa), mas o Centro foi construído com recursos do Brasil.

As torres de treinamento, em particular, tornaram-se símbolo da cooperação nipo-brasileira na área de combate a incêndio por terem sido batizadas de Torre Tóquio e Torre Yokohama, em homenagem à cooperação japonesa.

No "Curso Especial de Treinamento em Salvamento e Combate a Incêndio", realizado no âmbito do Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP), e posteriormente no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, tendo como público-alvo cinco países da América Latina, deu-se a oportunidade de transferir e disseminar conhecimentos e técnicas, em especial técnicas japonesas, na área de salvamento e combate a incêndio e gerenciamento de segurança para 25 bombeiros de vários países (inclusive o Brasil), durante quatro meses em 1988. Esse curso teve outras quatro edições, totalizando cinco cursos.

Além disso, no curso "Técnicas de Salvamento e Combate a Incêndio" (2005-2009) do TCTP, que teve como público-alvo 26 países da América Latina e África, realizamos na Brigada Militar do Rio Grande do Sul a transferência de tecnologia referente a sistemas de combate a incêndio,

gerenciamento de segurança, teoria e prática de atividades de resgate, técnicas de uso de equipamentos e técnicas de busca para 96 bombeiros de vários países (incluindo o Brasil) e promovemos trabalhos de campo e a criação de uma rede entre os participantes.

Paralelamente, oferecemos oportunidades de aprendizagem nos Cursos de Treinamento em Grupo e no Programa de Treinamento de Nikkeis, em que oito bombeiros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais receberam treinamento no Japão.

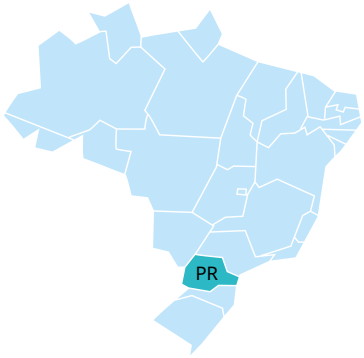
Anualmente a Secretaria de Defesa Civil de MG realiza um seminário sobre prevenção de desastres, principalmente para os ex-bolsistas que participaram de treinamentos no Japão. Em janeiro de 2019, o tenente Pedro Aihara, que é um ex-bolsista da JICA, atuou como encarregado das relações públicas no caso do acidente de rompimento da barragem de Brumadinho.

Hoje os bombeiros brasileiros chegaram a um nível tal, que contribuem mundialmente, tendo sido enviados para atuarem no desastre do ciclone Idai, na África (Moçambique), onde atuaram em conjunto com a equipe de ajuda emergencial do Japão.

Desenvolvimento de Recursos Hídricos

Com a concentração populacional nas cidades, o Brasil promoveu o desenvolvimento da infraestrutura básica, mas são muitos os desafios encontrados, como melhorar a eficiência operacional do sistema de abastecimento de água e reduzir os vazamentos na rede de distribuição. Diante disso, há muitos anos o Japão vem prestando assistência ao Brasil para resolver esses desafios.

Desenvolvimento de Recursos Hídricos em Áreas Metropolitanas – Fortalecimento da Capacidade da SANEPAR



Na região metropolitana de Curitiba, a rápida urbanização causou uma queda nos serviços de água e esgoto, piorando as condições de saneamento dos moradores da região.

Por conta disso, a fim de melhorar os serviços de água e esgoto, a JICA concedeu um empréstimo em ienes para o “Projeto de Melhoramento Ambiental do Estado do Paraná (1998-2009)”, sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), contemplando a região metropolitana de Curitiba e o litoral.

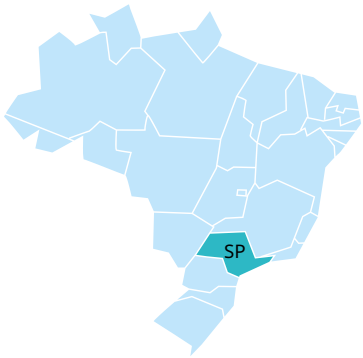
Neste projeto, foram construídas Estações de Tratamento de Água e de Esgoto, e também, obras de ampliação de Estações assim como as redes. Com isso, houve uma melhoria considerável como o aumento do percentual de abastecimento de água que era de 92% para 100%, e o aumento de percentual de coleta de esgoto de 25% para 80%.

Depois disso, não se atendo apenas a esses aspectos das instalações, houve uma cooperação técnica de 2012 a 2015, com o objetivo de capacitar os técnicos da SANEPAR para a melhoria na operação, manutenção e renovação das instalações.

Esse projeto ofereceu treinamentos para os funcionários da SANEPAR sobre operação e manutenção de estações de tratamento de esgoto, redes de esgoto e estações de tratamento de água, formulação de planos de reparo e renovação das redes de esgoto, elaboração de manuais de operação e manutenção, bem como workshops e seminários internos para disseminar os conhecimentos adquiridos no projeto. Com essa cooperação, a gestão e manutenção dos sistemas de água e esgoto da SANEPAR tiveram aprimoramento.

Atualmente a SANEPAR tornou-se um modelo no Brasil e recebe visitas de técnicos de outros países, com previsão para a execução de um Curso de Treinamento (2019-2020) que terá como público-alvo os países da América Latina e países africanos de língua portuguesa com o objetivo de transmitir o seu know-how.

Desenvolvimento de Recursos Hídricos em Áreas Metropolitanas – Fortalecimento da Capacidade da SABESP



A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), que opera o sistema de água e esgoto no estado de São Paulo, foi criada em 1973 pela fusão dos serviços de água e esgoto operados por cada município do estado, conforme lei do governo do estado de São Paulo que instituiu a SABESP.

A SABESP se tornou uma das maiores empresas de água e esgoto das Américas, fornecendo água potável para 28 milhões de pessoas em 371 dos 645 municípios do estado, tem 15.000 funcionários e a receita em torno de US$ 4 bilhões anuais.

A relação de cooperação entre a SABESP e a JICA começou com os Cursos de Treinamento em Grupo na década de 1970, sendo que, até o momento, cerca de 200 técnicos participaram de treinamentos no Japão trazendo a tecnologia e o conhecimento japoneses para o Brasil. Além disso, o Japão cooperou para melhorar o sistema de água e saneamento básico no estado de São Paulo por meio de diversos esquemas de cooperação, como Envio de Peritos, Empréstimo ODA, Cooperação Técnica e Cooperação Triangular.

O Empréstimo ODA intitulado "Onda Limpa - Projeto de Melhoria do Saneamento da Região Metropolitana da Baixada Santista (2004-2011)", implementado no litoral do estado de São Paulo, desenvolveu instalações de esgoto e um sistema de monitoramento ambiental e, como resultado, a taxa de cobertura de esgoto melhorou, passando de 62% para 82% (2018), e foi constatada melhora no ambiente de vida. Isso também se reflete nos indicadores de saúde. Em 1995, antes do projeto, a mortalidade infantil da região costeira, que era de 33,7/1000 nascimentos (24,6/1000 nascimentos na região metropolitana de São Paulo), caiu para 14,2/1000 nascimentos em 2017 (dados da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo).

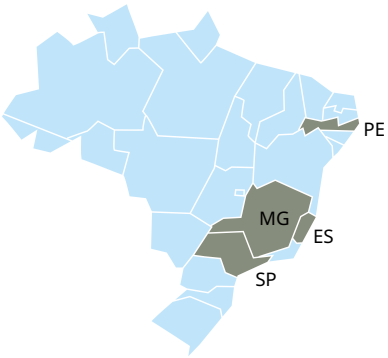
No tocante ao esgotamento sanitário, atualmente está em andamento o "Programa de Recuperação Ambiental na Área da Represa Billings". Entre as cooperações na área de abastecimento de água, de 2006 a 2010 foi implementada a cooperação técnica "Projeto de Controle de Perdas de Água" e, de 2012 a 2019, o empréstimo ODA "Programa de Redução de Perdas de Água". Ao combater as perdas de água nos sistemas de abastecimento e distribuição, promovemos o uso eficiente dos recursos hídricos.

O índice de perdas, que em 2008 era de 34,4%, atualmente caiu para 29,9%. Com o acúmulo de conhecimento e know-how nas áreas de água e esgoto, a SABESP é agora a base central de cooperação nesse campo para os países da América Latina e países africanos de língua portuguesa.

Capacitação Profissional

No Brasil, onde a adoção de princípios competitivos e a modernização industrial situam-se como uma das áreas prioritárias de desenvolvimento, promoveu-se o avanço de indústrias com competitividade internacional por meio da inovação tecnológica, reestruturação e melhoria qualitativa da força de trabalho. O Japão vem cooperando há muitos anos nessa área.

Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Indústria – Sustentáculo do Desenvolvimento industrial



O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi instituído em 1942, por decreto presidencial, com o objetivo de melhorar a qualidade dos trabalhadores e desenvolver recursos humanos com habilidades e capacidades que atendessem às necessidades da indústria.

A JICA vem oferecendo cooperações técnicas ao SENAI há muito tempo, desde a década de 60, como por exemplo o Projeto de Tecnologia Têxtil(1962-1973, Pernambuco), o Projeto em Eletroeletrônica(1979-1984, Minas Gerais), Projeto de Instrumentação Industrial (1985-1991, Espírito Santo), Projeto de Automação Industrial (1990-1995, São Paulo) e Projeto de Fundição para pequenas e médias empresas (1997-2002, Minas Gerais).

A partir da década de 1970, o SENAI se tornou a única entidade que opera centros de treinamento vocacional em escala nacional no Brasil, passando a oferecer cooperação técnica não só dentro do Brasil, mas também para os países da América Latina e países africanos de língua portuguesa.

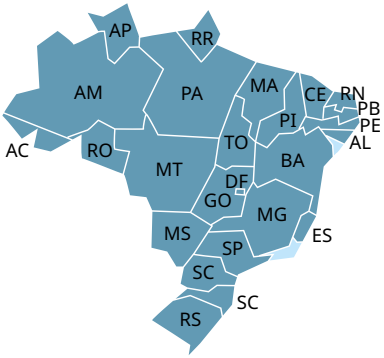
Mesmo atualmente, é uma presença essencial como agência executora de cooperações bilaterais e programas de treinamento em grupo para terceiros países realizados pelo Japão para essas regiões.

O SENAI, que teve sua capacidade de desenvolvimento de recursos humanos aprimorada por meio da cooperação técnica japonesa, treinou 2,3 milhões de pessoas (2018) em unidades de treinamento localizadas em 2.700 municípios do Brasil e cresceu a ponto de se tornar uma importante instituição de desenvolvimento de recursos humanos que já forneceu para a indústria um total acumulado de 71 milhões de profissionais.

Governança

No Brasil a melhoria da segurança se tornou uma questão social. A Polícia Militar do Estado de São Paulo, responsável por manter a segurança do estado de São Paulo, onde fica a maior região metropolitana da América do Sul, entendendo que a prevenção do crime é indispensável, introduziu, desde a década de 1990, o policiamento comunitário por meio da interação e construção de relações de confiança com os cidadãos. O Japão também apoiou essa iniciativa.

Melhoria da Segurança – Os KOBANs se espalhando por todo o País



A situação de segurança pública do Brasil é extremamente ruim e São Paulo não é exceção. Melhorar a segurança tornou-se uma questão importante para propiciar estabilidade de vida e desenvolvimento econômico para os moradores e, como forma de responder a esse anseio, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) vem promovendo a introdução de policiamento comunitário desde 1997.

Para apoiar a iniciativa da PMESP, desde 2000 a JICA vem ministrando Cursos de Treinamento por país e enviando peritos por curto prazo, mas por não haver normas nem diretrizes operacionais uniformes quanto ao funcionamento dos Kobans (bases comunitárias de segurança), havia o problema do conteúdo e nível das atividades de cada Koban diferirem conforme o julgamento de seus comandantes.

Por conta disso, à luz dos conceitos básicos do Sistema Koban adquiridos nos treinamentos no Japão e com os peritos enviados até o momento, a PMESP, visando à fixação efetiva do Sistema Koban, promoveu o desenvolvimento de diretrizes operacionais, protocolos de trabalho e normas de instalação de Kobans unificadas e, com base no desejo de desenvolver o Sistema Koban utilizando a experiência e os conhecimentos do Japão, implementou com o Japão o "Projeto de Policiamento Comunitário".

Além disso, com o objetivo de disseminar e fixar o policiamento comunitário no estado de São Paulo e expandi-lo como modelo para 12 estados, implementou o "Projeto de Policiamento Comunitário com base no Sistema Koban" de 2008-2011. Tendo havido pedidos veementes com relação a essa iniciativa por parte dos estados que não participaram, de 2015 a 2018 foi executado o "Projeto de Multiplicação da Polícia Comunitária" a fim de disseminar o policiamento comunitário para todo o país.

Desde que a cooperação japonesa começou, o número de homicídios em São Paulo apresentou uma grande queda, passando de 34,18 casos por 100.000 habitantes (2000) para 6,70 casos por 100.000 habitantes (2018). Além disso, como resultado do projeto, em abril de 2019 a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou a Diretriz Nacional de Polícia Comunitária e deixou clara a política de implementar e estabelecer o policiamento comunitário como uma iniciativa unificada em todo o país. Esses esforços tiveram grande repercussão nos países da América Central e, particularmente na Guatemala, El Salvador e Honduras, onde é grave a deterioração da segurança. Para esses países, a assistência da PMESP, por intermédio da Cooperação Sul-Sul, é muito importante.

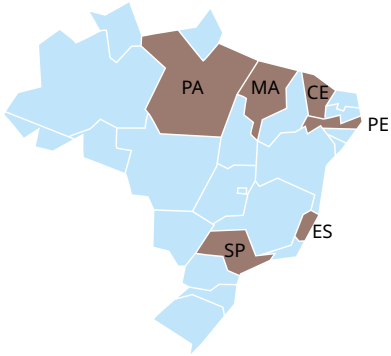
O SISTEMA KOBAN baseia-se na ideia do policiamento comunitário direto: Pequenas unidades policiais são instaladas nos bairros para facilitar a aproximação entre polícia e sociedade civil.

A ação preventiva de combate à criminalidade e a prestação de serviços de utilidade pública contribuem para o eficiente gerenciamento da ordem pública e o rápido atendimento em casos de emergência.

Transporte

Numerosos recursos minerais e grãos produzidos em vastas terras agrícolas são os principais artigos de exportação do Brasil e, por esse motivo, portos de escoamento foram implantados em todo o país. Em resposta a essa tendência, o Japão também contribuiu para promover as exportações por meio do desenvolvimento portuário.

Promoção da Exportação por meio do Desenvolvimento Portuário – Sustentáculo do Desenvolvimento industrial



O Japão apoiou o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil com a construção de instalações portuárias, que constituem infraestruturas básicas, e o planejamento de portos e instalações acessórias. Em 1981, houve a aprovação dos primeiros três projetos de Empréstimo ODA para o Brasil. Foram dois projetos de desenvolvimento portuário nos estados do Pará, do Espírito Santo e um projeto de aquisição de dragas.

Desses, o Porto de Vila do Conde, no estado do Pará, foi construído de forma associada às operações da Albras, empresa criada no âmbito do Projeto Alumínio da Amazônia, materializado em 1978 como um projeto nacional por meio de investimento público-privado do Japão. Mesmo após o projeto do Empréstimo ODA, o porto passou por obras de expansão e atualmente possui um total de 8 berços, onde é possível atracar navios da ordem de 75.000 toneladas, tendo se transformado em um porto que sustenta a economia paraense, pelo qual escoam barras de alumínio, alumina, manganês, e também gado vivo.

Além desse, o Japão apoiou amplamente o desenvolvimento de outros portos, tendo financiado o desenvolvimento do Porto de Santos (estado de São Paulo) e apoiado a elaboração de planos de desenvolvimento para o Complexo Industrial Litorâneo de Suape (estado de Pernambuco), o Porto do Pecém (estado do Ceará) e o Porto de Itaqui (estado do Maranhão). Em 2018, o volume de movimentação de contêineres nesses portos cresceu para 66% do total do Brasil, e o Porto de Santos tornou-se o segundo maior em volume de movimentação de contêineres na região da América Latina e do Caribe.

História da Cooperação

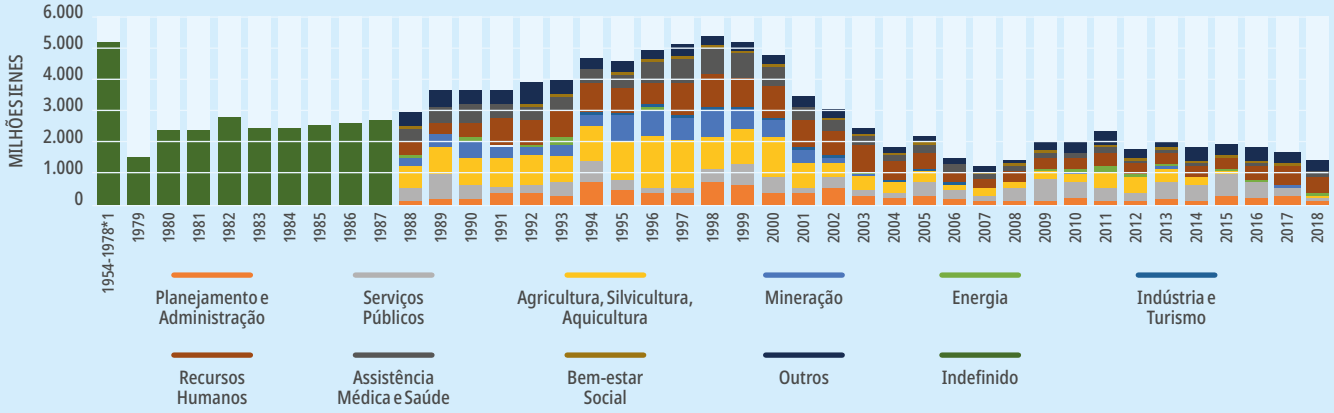
Abril/1952	Reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão
Abril/1954	Fundação da entidade jurídica "Associação Ásia" como entidade executora da cooperação técnica do Japão
Outubro/1954	Ingresso do Japão no Plano Colombo. Início da cooperação técnica prestada
Dezembro/1956	Ingresso do Japão na ONU. O Brasil participa da "Resolução Conjunta de 34 países para o ingresso do Japão", 11ª Assembleia Geral da ONU, dando apoio ao retorno do Japão à comunidade Internacional
Fevereiro/1959	Envio de Perito para a 1ª Cooperação Técnica com o Brasil (Na área de irrigação agrícola)
Janeiro/1961	Recepção do 1º /Bolsista brasileiro para Cooperação Técnica no Japão (Área de biologia marinha)
Março/1961	Fundação da OECF (Fundo de Cooperação Econômica para o Exterior) como entidade executora cooperação financeira
Março/1962	Início da primeira Cooperação Técnica Tipo Projeto (Centro de Treinamento de Tecnologia Têxtil Industrial – SENAI)
Junho/1962	Fundação da OTCA (Agência de Cooperação Técnica para o Exterior), precursora da JICA
Setembro/1970	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão
Agosto/1974	Fundação da JICA como resultado da fusão entre OTCA e Agência de Emigração do Japão
Agosto/1976	Abertura do Escritório da JICA no Brasil (Como Escritório Anexo da Embaixada do Japão)
Dezembro/1981	Assinatura dos três primeiros contratos de empréstimo ODA ao Brasil: "Projeto de Construção do Porto de Praia Mole", Projeto de Construção do Porto Vila do Conde" e "Projeto de Aquisição de Navio Draga"

Setembro/1985	Início da 1ª Cooperação Triangular, Curso de Treinamento para Terceiros Países "Engenharia Elétrica/Eletricidade Industrial" (SENAI)
Setembro/1987	Criação da ABC (Agência Brasileira de Cooperação)
Março/1989	Primeira participação dos países africanos ao Treinamento para Terceiros Países "Engenharia Elétrica/Eletricidade Industrial" e "Corpo de Bombeiros"
Outubro/1999	Fundação do JBIC (Banco do Japão para Cooperação Internacional) como resultado da fusão entre a OECF e Eximbank do Japão
Março/2000	Assinatura do Acordo JBPP (Programa de Parceria Japão – Brasil) entre o Governo Brasileiro e Governo Japonês
Outubro/2007	Início do primeiro projeto conjunto JBPP "Treinamento para Fortalecimento Funcional do Hospital Josina Machel da República de Angola"
Outubro/2008	Integração da JICA com o setor de empréstimo do JBIC
Agosto/2009	Início da 1ª Cooperação Técnico-Científica no Brasil "Pesquisa de Produção de Etanol a partir do Bagaço de Cana" em resposta aos desafios no âmbito global
Março/2010	Assinatura do 1º contrato de empréstimo ODA, pós-integração JICA-JBIC, com a CASAN (Programa de Saneamento Ambiental de Santa Catarina)
Janeiro/2012	Início do 1º projeto de parceria público-privada, "Pesquisa preparatória para negócios da BOP adaptados ao ambiente usando o sistema agroflorestal (promoção da colaboração comercial da BOP)"
Julho/2013	Início do "Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (GIDES)", um projeto de prevenção de desastres
Setembro/2018	Assinatura do primeiro empréstimo na modalidade "Financiamento para Investimento do Setor Privado – PSIF" entre AMAGGI, City Bank e JICA do Projeto de Fortalecimento da Cadeia de Fornecimento Agrícola" no Brasil após a retomada dos negócios em 2012

A Cooperação Japonesa em Dados

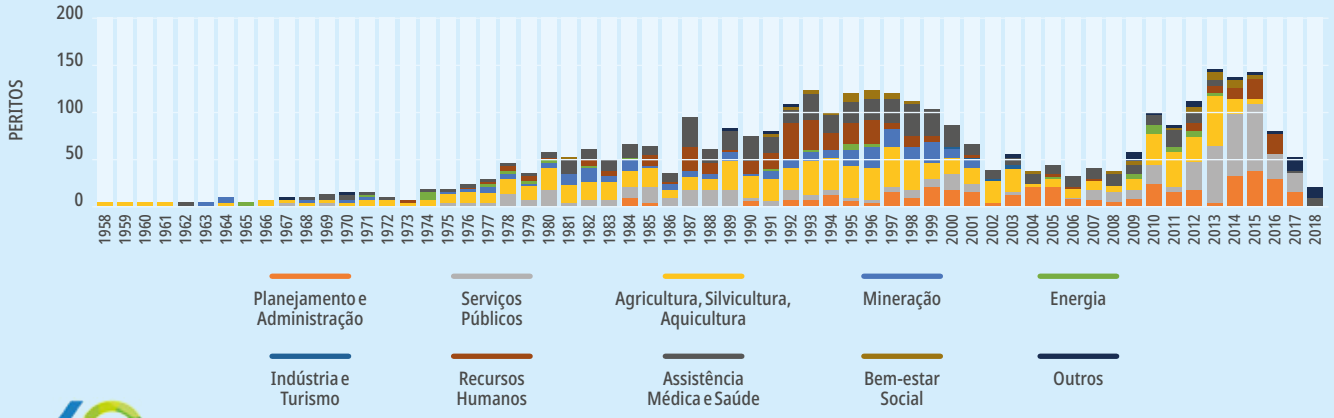
O total acumulado de cooperação técnica desde 1954 é de 119 bilhões de ienes. Resultado da cooperação por área, após 1988, é conforme segue: agricultura, silvicultura e Aquicultura (18,882 bilhões de ienes, 16,0%), recursos humanos (18,536 bilhões de ienes, 15,6%), serviços públicos (12,445 bilhões) Iene, 10,5%), assistência médica e saúde (10,6 bilhões de ienes, 8,9%).

COOPERAÇÃO TÉCNICA **MONTANTE DA COOPERAÇÃO (1954-2018)**



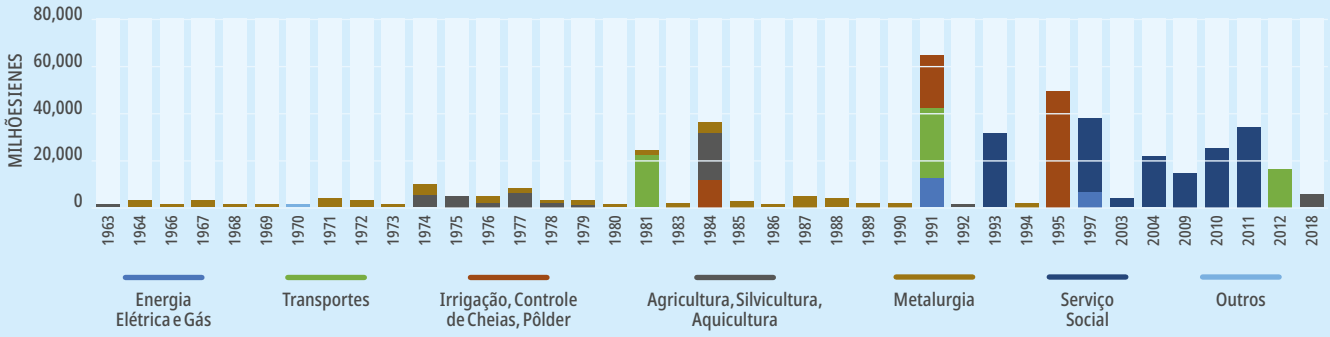
O total acumulado de peritos da JICA enviados é de 3.325 pessoas. Agricultura, silvicultura e aquicultura (875 pessoas, 26,32%), assistência médica e saúde (590 pessoas, 17,7%), serviços públicos (589 pessoas, 17,7%), planejamento e administração (413 pessoas, 12,4%), recursos humanos (362, 10,9%) e mineração (281, 8,5%).

ENVIO DE PERITOS DA JICA **Número de Peritos (1958 ~ 2018)**



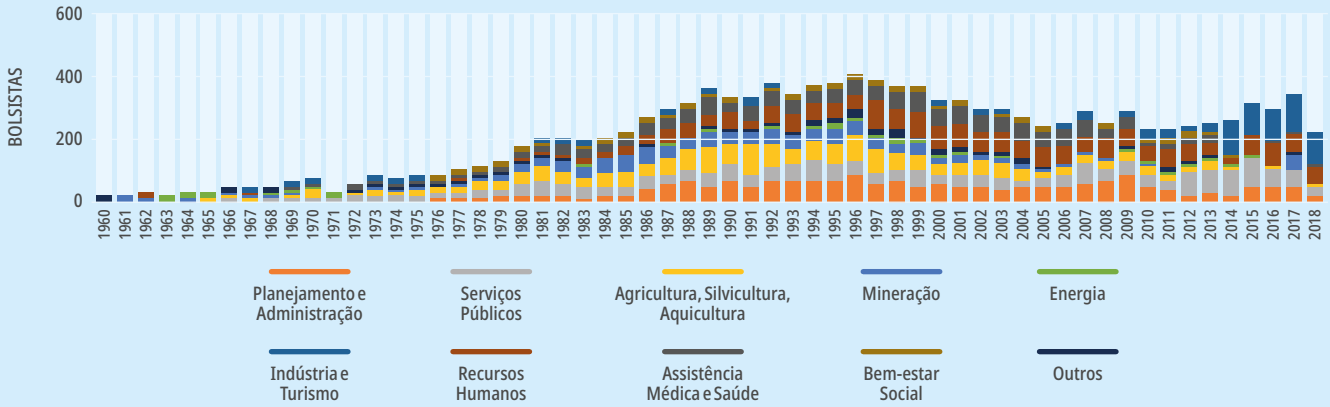
O total acumulado de empréstimos ODA, desde 1954 é de 428,257 bilhões de ienes. Por setor, serviços sociais (água e esgoto etc., 161,358 bilhões de ienes, 37,7%), irrigação, controle de inundações (83,784 bilhões de ienes, 19,6%), transporte (67,3 bilhões de ienes, 15,7%), agricultura, silvicultura e aquicultura (48,667 bilhões de ienes, 11,4%) e mineração e fabricação (48,118 bilhões de ienes, 11,24%).

COOPERAÇÃO FINANCEIRA **Montante da Cooperação** **(Valor Acordado)** **(1963-2018)**



O total acumulado de bolsistas recebidos pela JICA, no Japão, é de 11.799. As áreas de treinamento são: planejamento e administração (1.982 pessoas, 16,8%), serviços públicos (1.981 pessoas, 16,8%), recursos humanos (1.926 pessoas, 16,3%), agricultura, silvicultura e Aquicultura (1.820 pessoas, 15,4%), assistência médica e saúde (1.480 pessoas, 12,54%).

TREINAMENTO NO JAPÃO DA JICA **Número de Bolsistas (1960 ~ 2018)**



No ano de 2019 comemora-se o 60º aniversário da cooperação japonesa na República Federativa do Brasil. Esse logotipo, desenhado pelo ex-bolsista Luciano Oikawa, do Programa de Treinamento de Nikkeis (em computação gráfica), foi adotado por obter o maior número de votos dos usuários em uma enquete feita no Facebook, da qual participaram outros candidatos. Traz como cores-base o verde e amarelo da bandeira brasileira, o vermelho da bandeira japonesa e o azul do logotipo da JICA.

REPRESENTAÇÃO NO BRASIL
Alameda Santos, 700, 15º andar
Cerqueira Cesar - Edifício Trianon Corporate
01418-002 São Paulo/SP - Brasil

Tel.: +55 (11) 3251.2655
Fax: +55 (11) 3251.1321
E-mail: br_oso_rep@jica.go.jp

REPRESENTAÇÃO NO BRASIL - Escritório em Brasília
SCN Quadra 2, Bloco A, Sala 402
Edifício Corporate Financial Center
70712-900 Brasília/DF - Brasil

Tel.: +55 (61) 3321.6465
Fax: +55 (61) 3321.7565
E-mail: brbs_oso_rep@jica.go.jp

Matriz: jica.go.jp/english **Brasil:** jica.go.jp/brazil/portuguese/office **Facebook:** @jicabraziloffice